

A Igreja Popular na cidade de Conceição do Coité (1989-1996)

The People's Church in the town of Conceição do Coité (1989-1996)

Cristian Barreto de Miranda*

Resumo: Este artigo apresenta aspectos da ação pastoral do padre Luiz Rodrigues de Oliveira que contribuiu para a vivência de um catolicismo mais preocupado com a dinâmica das relações sociopolíticas e na mobilização contra a política clientelista em Conceição do Coité, durante o período de 1989 a 1996. A atuação desse representante católico na sociedade coiteense é um significativo exemplo para compreender como alguns setores da Igreja Católica no semiárido baiano agiram diante das inovações do Concílio Ecumênico Vaticano II e de como as ações da chamada *Igreja Popular* ainda persistem diante de contextos econômicos e políticos arcaicos.

Palavras-chave: Catolicismo; Igreja Popular; Conceição do Coité

Abstract: This article presents aspects of the priest's pastoral action Luiz Rodrigues de Oliveira and how he contributed to the experience of a more concerned Catholicism with dynamics of socio-political relations and mobilization against patronage politics in Conceição do Coité during the period 1989 to 1996. The performance of this Catholic representative in Coité's society is a significant example to understand how some sectors of the Catholic Church in the Bahian semi-arid acted in front of the Council innovations Ecumenical Vatican II and how the actions of the well-known *Popular Church* still persists in the face of economic and archaic political contexts.

Keywords: Catholicism; Popular Church; Conceição do Coité.

* Docente da Faculdade Católica de Feira de Santana (FACFS), Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Licenciado em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Contato: cristianhist@gmail.com.

Em outubro de 1996, ao ouvir o entoar do cântico que indicava o momento de iniciar o seu trajeto até o altar do presbitério, o pároco da cidade de Conceição do Coité¹, situada no semiárido baiano, costumeiramente adentrou no templo religioso dedicado a Imaculada Conceição para presidir mais uma celebração eucarística. Todavia, ao chegar no Altar do Sacrifício², o padre Luiz Rodrigues de Oliveira foi surpreendido ao avistar um cachorro vestido com os paramentos semelhantes aos seus adentrar no templo³. Possivelmente alguns dos fiéis ali reunidos, também surpreendidos, ao direcionarem seus olhares para observarem a expressão do padre diante do acontecido, compreenderam que o presbítero estava sendo vítima de uma perseguição por conta de sua missão; já outros, entenderam que aquele ato fazia parte do comportamento político presente na cidade após uma tensa campanha eleitoral. Os burburinhos sobre esse acontecimento não ficaram limitados nas paredes do templo religioso, eles repercutiram na sociedade coiteense ao questionar-se sobre a relação entre política e religião, e se era dever de um padre se meter nos assuntos políticos.

O desprezo pelas ligações íntimas entre religião e política não foi apenas uma característica presente nos coiteenses, por muito tempo a história política não se interrogava sobre os componentes religiosos de determinadas práticas políticas, como no exercício do voto (COUTROT, 2003). É possível pensar que muitos que testemunharam a cena do “*cachorro padre*” tornaram-se propagadores desse debate em diferentes espaços da vida social da cidadina marcada pela cultura sisaleira⁴, ora, muitas vezes, chegaram a tecer conclusões que tal relação deveria ser repelida, ainda mais por alguém que havia recebido o chamado divino de ser cura d’almas. Talvez esse pensamento estivesse fortalecido no viver católico coiteense pelo fato de muitos fiéis não terem experimentado a configuração de uma Igreja aberta ao diálogo com a sociedade e assim não tenham percebido que as forças religiosas são levadas em consideração como um fator de explicação política em

¹ Com uma extensão territorial equivalente a 1.015,984 km², situada na região do semiárido baiano e distante 210 km de Salvador, Conceição do Coité estabelece seus limites político-administrativos ao norte com o município de Retirolândia, ao sul com Serrinha e Barrocas, a leste com o município de Araci, e a oeste com Riachão do Jacuípe, e ainda a noroeste com o município de Santa Luz e ao sudeste com Ichú.

² O “Altar do Sacrifício” refere-se ao altar principal dos templos católicos. O altar representa dois aspectos na liturgia católica: o altar do sacrifício e a mesa do Senhor, e isto tanto mais porque o altar cristão é símbolo do próprio Cristo, presente no meio da assembleia dos fiéis, e ao mesmo tempo o lugar onde acontece o banquete pascal (Cf. Catecismo da Igreja Católica).

³ Jornal O Mensageiro ano III nº 5, Conceição do Coité, julho de 1997.

⁴ Durante as décadas de 1970/80 Conceição do Coité tornou-se o maior produtor e exportador do sisal do país. Juntamente com 14 cidades da Região Nordeste da Bahia, que abrigam uma população de 510.807 habitantes, Conceição do Coité, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-Censo Agropecuário de 2006), se insere como uma das principais cidades em termo de produção do sisal, sendo responsável por 64% da área total plantada.

numerosos domínios e que as mesmas fazem parte do tecido político no qual o religioso informa em grande medida o político, e também o político estrutura o religioso (COUTROT, 2003).

Tais questionamentos tornaram-se presentes em muitas conversas entre os coiteenses, alcançando os espaços públicos, sobretudo nos períodos eleitorais da década de 1990, visto que o padre Luiz em seus sermões discutia sobre o contexto social e incentivava seus fiéis a se envolverem nos assuntos do âmbito político e a procurarem melhorias para a sua cidade. Essa postura do sacerdote despertou estranheza em muitos, que puderam ser observadas em diversos comportamentos hostis a figura do presbítero, pois tradicionalmente no município não era comum um padre trazer essas questões para o âmbito religioso e nem utilizar do momento celebrativo para orientar seus fiéis sobre a importância do voto nas eleições e nem denunciar irregularidades da administração municipal.

A postura desse sacerdote, que chegou em 1989 para “ensinar, santificar e dirigir o rebanho”⁵ presente na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité⁶, contribuiu significativamente para a vivência de um catolicismo mais preocupado com a dinâmica das relações sociopolíticas e na mobilização contra a política clientelista local. Um catolicismo característico da chamada *Igreja Popular* onde se “predomina a visão de que a missão fundamental da Igreja é a de servir ao mundo, não a de servir a si própria” (MAINWARING, 2004, p.34). Nesse sentido, sua ação pastoral perpassou por caminhos bem diferentes dos seus antecessores, pois ao buscar legitimar a vivência desse catolicismo, rompeu com comportamentos e costumes locais tanto nas relações entre o padre e seus fiéis quanto na relação institucional entre poder local e a instituição religiosa, proporcionando uma outra imagem da missão de um sacerdote e uma outra concepção do exercício político dos cristãos católicos.

É evidente que todo e qualquer rompimento guarda nuances de violência e abrir caminhos para uma nova vivência propicia a perda de antigas zonas de conforto e privilégios, o que não foi diferente nessa busca de alterar o viver católico dos coiteenses regido pela dinâmica ritualista, devocionista e rigidamente hierarquizada. Nessa dinâmica entre o seguro e o arriscado, o costume e o conflito, algumas vozes em defesa e permanência de um catolicismo que favorecia uma relação de negociação entre *trono e altar*, pois compartilhavam de interesses em comum, recorreram a dimensão do sagrado

⁵ Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, p. 81v.

⁶ Atualmente a paróquia de Conceição do Coité faz parte da Diocese de Serrinha que foi erigida em 21 de setembro de 2005.

para tornar ilegítima a ação do pároco. Acusaram o sacerdote de fazer politicagem, de ter tornado o espaço sacramental um lugar dos comunistas e de não ter sido fiel ao seu ofício religioso: zelar das coisas do Alto e de aproximar o seu rebanho para perto de Deus.⁷ A recorrência da figura do padre piedoso, orante e distante desse ambiente profano da política, foi conteúdo ideológico para reprimir com atos de violência, exercidos no processo eleitoral de 1996, à ação desenvolvida pelo padre considerado pelo poder local de vigarista e ministro de satanás.⁸

Por outro lado, padre Luiz Rodrigues buscou legitimar seu papel sacerdotal e a sua atuação no campo sociopolítico coiteense nas concepções do Concílio Vaticano II⁹ e nos ensinamentos da Doutrina Social da Igreja¹⁰. Nesse sentido, juntamente com alguns fiéis, defendeu que as suas ações correspondiam às orientações evangélicas e da própria instituição religiosa que começou “a mostrar na sociedade e, principalmente, aos governantes, ‘as chagas sociais’ e, [indicar que a] justiça social é o clamor da Igreja na valorização do ser humano”¹¹. Diante disso, seus partidários argumentavam que a missão do clero não era mais restrita ao cumprimento dos ritos sacramentais, seria mais abrangente como: “sair dos seminários, das sacristias e continuar celebrando no mundo, nos lares, denunciando as injustiças sociais, indo ao encontro do povo, orientando-o para o modo de posicionar-se diante da triste realidade atual”.¹²

Aspectos do desenvolvimento, das compreensões e controvérsias desse catolicismo em Conceição do Coité não foram apenas captadas no rol dos registros paroquiais, que informam a vivência da fé e da estrutura católica desse pedaço do semiárido baiano expressadas no Livro de Tombo, nas cartas pastorais e nas gravações audiovisuais dos eventos religiosos, mas foram analisados também na imprensa jornalística local, em processos judiciais e nos depoimentos de alguns coiteenses. Perceber o momento em que o catolicismo da chamada *Igreja Popular* ganha contornos na vivência da fé entre os

⁷ Carta do Conselho Paroquial de Conceição do Coité em 1997.

⁸ Ibidem.

⁹ O Vaticano II foi um Concílio realizado na Igreja Católica, com os bispos de todo mundo e de alguns representantes de outras denominadas religiões cristãs, desde 1962 a 1965 em diversas sessões na cidade do Vaticano, sendo convocado pelo papa João XXIII e encerrado pelo papa Paulo VI. A Igreja Católica vivenciou um novo paradigma sob influência do Concílio Vaticano II que provocou grandes transformações no seio da Igreja, tanto no campo conceitual e teológico, mas acima de tudo, na maneira de evangelizar, introduziu dentro do seio da instituição uma abertura para as questões sociais vigentes na sociedade que ela está inserida.

¹⁰ A Doutrina Social da Igreja se desenvolveu no século XIX, por ocasião do encontro do Evangelho com a sociedade industrial moderna. Propõe princípios de reflexão, apresenta critérios de juízo, orienta para ação contrárias a lógica do mercado na regulamentação dos vínculos sociais que estão contra a justiça e o bem comum.

¹¹ Jornal Coiteense nº 13, Conceição do Coité, 03 de janeiro de 1997.

¹² Ibidem.

coiteenses é o âmago desse trabalho, entretanto sem perder de vista os contextos que influenciaram o caminhar desse sentimento religioso pelas terras áridas do semiárido, que, por diversas maneiras, foi apresentado nas tramas do conhecimento como o lugar do chão duro, da ignorância e de uma realidade agressiva, mas esse chão estabelece sua conexão com o processo de formação brasileira e revela que as práticas religiosas foram moldadas por uma mentalidade católica enraizada no poder de grandes proprietários de terras (HOONAERT, 1974).

O componente religioso presente nas terras coiteenses

Em meio ao contexto religioso de uma vivência devocional e ritualista, entendida como memorização das verdades a crer e dos preceitos a cumprir, sem levar, muitas vezes, em conta o lugar existencial dos sujeitos do culto (SILVA, 1982, p.15), que chegou o padre Luiz Rodrigues de Oliveira. Sacerdote nascido nas terras do recôncavo baiano e recém-chegado de uma experiência acadêmica e religiosa na sede do catolicismo ocidental, Roma, foi acolhido pela gente formada num cenário predominado pela caatinga e por uma vegetação rarefeita de solos muito arenosos e recortados por afluentes do Rio Jacuípe que secam no período de estiagem. Enviado por D. Lucas Moreira Neves, naquela época Primaz do Brasil e Arcebispo de Salvador, o novo pároco dos coiteenses, preenchido do conteúdo teológico e doutrinário de uma das reconhecidas universidades europeias e distante daquela realidade sisaleira, foi envolvido pelo entusiasmo¹³ de fortalecer a vivência do catolicismo e orientar seu rebanho nas diretrizes da doutrina da Igreja Católica Apostólica Romana, possivelmente semelhante à de muitos religiosos que adentraram nessa terra em razão do anúncio do Cristo.

Feita a leitura e assinatura da sua Provisão de Nomeação¹⁴, por D. Silvério de Albuquerque¹⁵, perante a assembleia de fiéis reunida na Igreja Matriz, padre Luiz adquiriu plenos direitos e deveres como pároco da instituição religiosa local que possui o culto a Imaculada Conceição como uma das devoções essenciais para o fortalecimento da vivência católica coiteense. Todavia, esse aspecto devocional, traço comum da Igreja baiana qualquer que seja a hierarquia religiosa ou o lugar social (SILVA, 1982), contribuiu para um sentimento de conformidade que levou a crer que os problemas sociais que permeavam a vida cotidiana eram frutos de uma fatalidade, de uma ordem divina responsável pelas

¹³ Entrevista concedida por Pe. Luiz Rodrigues de Oliveira no dia 19 de setembro de 2009 na cidade de Conceição do Coité.

¹⁴ Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, p. 8iv.

¹⁵ Bispo da Diocese de Feira de Santana-Ba, na qual a paróquia estava submetida.

desigualdades e exclusão social. Por muito tempo, foi uma vivência religiosa que não promovia questionamentos sobre as condições de vida dos seus féis, pois “o acontecer é benção ou castigo, em que pese a distinção significativa e o posicionamento submisso ou rebelado, entre o mundo de Deus como natureza e o mundo dos homens como sociedade e história.” (SILVA, 1982, p. 14).

Pode-se supor que esse componente religioso persistia na sociedade coiteense em razão da Igreja local compreender, por meio da sua estrutura hierárquica, que ela seria uma grandeza social diferente, contraposta à sociedade que se secularizava e buscava emancipar-se da tradição católica. Tal entendimento pode ser observado nos desentendimentos do padre José Antônio dos Reis¹⁶ com a comunidade coiteense que festejava a micareta no mesmo período das celebrações da Semana Santa, sendo uma sociedade que ameaçava e desvirtuava seus indivíduos dos preceitos e verdades da fé.¹⁷ Todavia, como bem analisou Cândido da Costa e Silva (1982), a sociedade que desejava emancipar-se da tradição cristã ainda continuava vinculada de múltiplas formas pela historicidade do espírito e da mesma tradição. E no caso coiteense esse traço pode ser percebido na relação entre o clero e o poder local, visto que a Igreja era, de certa maneira, partícipe da teia de poder clientelista empreendida pelo grupo político, liderado e composto por grandes empresários da indústria sisaleira¹⁸, oriundo do sistema do regime militar mantinha por mais de 15 anos uma hegemonia no poder local¹⁹. Uma dessas participações era expressa na dependência econômica que a instituição religiosa mantinha com esse poder, que custeava todos os encargos da Igreja local, desde funcionários às demandas de mobilidade do pároco²⁰.

Assim como as terras sáfaras das caatingas que dificultam o desenvolvimento da agricultura por possuir solos pouco desenvolvidos, suscetíveis a erosão e “empobrecidos pelos seixos que o recobrem, refratário ao amanho, desafiando a pertinácia do homem” (SILVA, 1982, p.03), o contexto pelo qual estava assentada a Igreja coiteense dificultava a

¹⁶ Pároco que antecedeu o padre Luiz e que pertencia a congregação religiosa da Sociedade das Divinas Vocações (Vocacionistas), está que administrou a paróquia entre 1959 e 1989.

¹⁷ Carta do Conselho Paroquial de Conceição do Coité em 1997.

¹⁸ O desenvolvimento industrial do sisal se insere na conjuntura vivida pela Bahia na década de 1970, quando esta foi palco da implementação de projetos nacionais responsáveis pela “modernização” do território baiano, como o Centro Industrial de Aratu, o Pólo Petroquímico de Camaçari e os projetos de irrigação do São Francisco.

¹⁹ Os empresários do sisal despontaram-se no cenário político coiteense no período do Regime Militar e engajaram-se na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação do Regime Militar implementado pelo Golpe de 1964, estavam ligados aos interesses do grupo político liderado por Antônio Carlos Magalhães. Com o processo de redemocratização organizaram-se em legendas pró-governo, migraram para os seguintes partidos: Partido Liberal (PL), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido de Frente Liberal (PFL) e o Partido Progressista Brasileiro (PPB).

²⁰ Carta do Conselho Paroquial de Conceição do Coité em 1997.

vivência de um componente religioso que compreendesse a concepção de uma “Igreja menos focada em si mesma e mais nas necessidades e angústias de toda a humanidade” (BEOZZO, 2011, p.10), de uma vivência religiosa próxima da dimensão do programa conciliar de *aggiornamento*²¹ proposta por João XXIII²² e tão bem expressada na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, que estabeleceu-se como “um instrumento de grande valor na viabilização do objetivo dialogante com o mundo assumido pelo Vaticano II” (ALVES, 2011, p.29), pois inaugurou um novo paradigma de compreensão da relação da Igreja com o mundo, numa postura de diálogo com a sociedade e com o mundo do trabalho, da ciência e da cultura. “Negar essa relação, na teoria ou na prática, significaria negar uma dimensão constitutiva da própria essência da Igreja” (ALVES, 2011, p.28).

Dimensão que para o padre Luiz Rodrigues não deveria ser negada e nem omitida pela fé católica, para ele o viver religioso deveria caminhar na tentativa de chegar a uma Igreja mais humana, mais socializada, mais aberta a capacidade crítica²³, visto que a proposta dessa nova relação da Igreja com a sociedade foi lançada na Encíclica *Rerum Novarum*, publicada no ano de 1891, pelo Papa Leão XIII. Essa que se tornou a “Carta Magna” da atividade cristã no campo social²⁴, discutiu os problemas da vida dos operários num contexto marcado pelas inovações tecnológicas do capitalismo industrial responsáveis pela “situação de infortúnio e de miséria imerecida” das classes pobres²⁵. Os princípios expostos na mencionada encíclica demonstravam o desejo da Igreja de colaborar na construção de uma sociedade mais justa e digna para todos, “pôs em discussão um projeto de sociedade procurando inserir-se nela, ainda que timidamente, mas como portadora de uma verdade inquestionável” (SILVA, 2008, p.73).

Esse *novo pensamento* do viver cristão ganhou impulso a partir dos anos de 1930, em movimentos eclesiais que promoveram novas experiências de vida cristã nos diferentes níveis pastorais, espiritual, teológico e eclesial. Entendiam a necessidade de a Igreja modificar o seu relacionamento com o mundo moderno. Um grande expoente desse

²¹ *Aggiornamento* é um termo italiano utilizado durante o Concílio Vaticano II e que o Papa João XXIII popularizou como expressão do desejo de que a Igreja Católica saísse atualizada do Concílio Vaticano II. Por outras palavras, o *aggiornamento* é a adaptação e a nova apresentação dos princípios católicos ao mundo atual e moderno, sendo por isso um objetivo fundamental do Concílio Vaticano II. (Fonte: <http://pt.wikipedia.org/>).

²² Seu nome de batismo Angelo Giuseppe Roncalli, natural da Itália, assumiu o pontificado em 1958 tendo fim em 1963 devido a sua morte.

²³ Jornal Tribuna Coiteense, Ano XIII, nº 86, Conceição do Coité, dezembro de 1993. p.4.

²⁴ Pio XI. Carta Encíclica. *Quadragesimo anno*. Roma, em 1931. Disponível em: www.vatican.va. Acesso em: 13 de julho de 2012.

²⁵ LEÃO XIII. Carta Encíclica. *Rerum Novarum*. Roma, em 1891. Disponível em: www.vatican.va. Acesso em: 13 de julho de 2012.

paradigma foi o pensador leigo Jacques Maritain²⁶, defensor da necessidade de “um novo humanismo integrado, cristão em sua origem de inspiração cristã, mas secular e profano pela sua presença animadora e transformadora das realidades terrestres” (PASSOS; SOARES, 2007, p.37). O germe lançado por esse *novo pensamento* alcançou os pronunciamentos dos Sumos Pontífices a partir de 1950, quando passaram a tratar de problemas sociais do mundo moderno e interpretar à luz do Evangelho as conjunturas e os eventos sociais “que se configuraram nos embates econômicos, sociais, políticos e culturais” (PASSOS; SOARES, 2007, p.12). Assim, revelava-se o desejo da Igreja de participar do processo de desenvolvimento dos países, e da lenta e crescente politização das massas, inclusive a rural. (BEOZZO, 2011, p.47).

Ao perceber que a Igreja local estabelecia laços de dependência com um poder político e econômico que submetia muitos num trabalho cotidiano em condições precárias e desumanas²⁷ e não propiciavam no seu exercício de poder político a existência de políticas públicas que possibilitassem o desenvolvimento humano dos seus municípios²⁸, o padre Luiz Rodrigues decidiu desfazer tais laços. Assim dispensou os funcionários enviados pela administração municipal e instituiu o dízimo paroquial, como meio de romper a dependência econômica da Igreja com a prefeitura. Esse presbítero compreendia que o não rompimento com o grupo político hegemônico, que favorecia uma estrutura desigual e de condições desumanas, seria continuar uma relação de subserviência, visto que por muito tempo a instituição religiosa esteve sob o mando desse poder e havia se tornado, segundo o Pe. Luiz, “*uma secretária de assuntos religiosos da prefeitura*”²⁹. Ainda mais, para ele, se a Igreja

²⁶ Jacques Maritain nasceu em Paris no dia 18 de novembro de 1882 e faleceu em abril de 1973 em Tolosa. Foi um filósofo francês de orientação católica suas obras influenciaram a ideologia da Democracia cristã.

²⁷ Os trabalhadores vinculados ao setor sisaleiro da Bahia estão sujeitos aos seguintes riscos: biológicos (problemas respiratórios e auditivos); ergonômicos (doenças do aparelho locomotor e tenossinovite); físicos (exposição as intempéries, picadas de animais peçonhentos e ferimentos decorrentes da ponta da folha do sisal e de instrumentos cortantes – foices e facões). Mas, nada é mais grave do que as constantes mutilações causadas pelas máquinas desfibradoras, conhecidas como “paraibanas”. ALVES, Maria Odete; SANTIAGO, Eduardo Girão. **Tecnologia e relações sociais de produção no setor sisaleiro nordestino**. XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, ocorrido em Ribeirão Preto (SP), dias 24 a 27 de julho e 2005. p. 15. Disponível em <http://www.bnb.gov.br>. Acesso em 15/04/2011.

²⁸ Ao longo das décadas de 1980 e 1990, a população coiteense estava submetida ao atendimento precário de serviços como saúde e saneamento básico, apesar do abastecimento de água potável ser inaugurado em 1982. Ainda mais, as carências de estabelecimentos de ensino e de profissionais capacitados revelam o descaso, a falta de recursos e a má qualidade da educação dessa população. Na década de 1980, apesar de existir uma expressiva indústria de transformação nos gêneros de produtos minerais não metálicos, têxtil e produtos alimentares, em que reuniam cerca de 771 operários, e contar com 695 estabelecimentos comerciais, que empregavam 1096, números bastantes elevados para Conceição do Coité, se analisados os dados dos municípios que compõem a Região Sisaleira, a agricultura representava a principal atividade econômica e reunia a maior mão de obra disponível. Essa predominância da atividade agrícola consolidou a dinâmica da sociedade coiteense ao mundo rural, legitimou o apelo das autoridades públicas e o grupo dominante às condições climáticas como causadoras do sofrimento dos sertanejos.

²⁹ Entrevista concedida por Pe. Luiz Rodrigues de Oliveira no dia 19 de setembro de 2009 na cidade de Conceição do Coité.

local continuasse a partilhar desse mesmo tecido político hegemônico seria uma verdadeira incoerência evangélica para o Reino de Deus e para com os valores evangélicos.

Com isto se fomenta entre os coiteenses um apelo religioso para a mudança da relação entre a Igreja e o poder local, como também, de uma vivência cristã que questionasse as estruturas sociopolíticas e não comungasse com aquelas herdeiras do sistema autoritário implementado no país em 1964, pois para o novo pároco seria um retrocesso histórico, uma perda dos direitos sociais conquistados³⁰. Poderia supor que no entendimento do presbítero aliar-se com grupos e poderes políticos que compartilhasse dos ideais dos regimes ditatoriais também seria uma incoerência com as orientações da própria Igreja e com a sua trajetória na contribuição no processo de redemocratização na América Latina, que influenciada pelas Conferências Episcopais em Medellín³¹ e Puebla de Los Angeles³², assumiu no século XX um importante papel de liderança contra os regimes ditatoriais presentes nos países latino-americanos, desdobrando-se em várias ações, sendo denunciadora desses regimes e legitimando a formação de oposições políticas e alternativas para a retomada da democracia (KLAIBER, 1997).

Particularmente a Igreja no Brasil já havia tecido, antes de Medellín, uma singular trajetória com as questões sociais do país ao adotar as diretrizes do Vaticano II no Plano de Pastoral de Conjunto (PPC), em 1965, para a sua ação em todo o país. Possibilidade alcançada devido à colegialidade existente entre seus bispos, antes mesmo do Vaticano II, que reunidos em torno da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), produziram o Plano de Emergência (PE), em 1962, preparando-os para essa nova ação pastoral, em que discutiam a importância de “pôr o dedo em duas grandes feridas: o lugar do leigo nas atividades da Igreja e a falta de um planejamento conjunto” (MARCHI, 2001, p.100).

Marchi (2001) argumenta que a elaboração e aprovação do Plano de Emergência pelo episcopado brasileiro respondia aos apelos de João XXIII que, em 1958, recomendava aos bispos da América Latina um planejamento de trabalho que atendesse às condições vividas pela Igreja Latino-americana e que indicasse medidas a serem tomadas no campo da pastoral e no campo sociopolítico. Nesse sentido, o episcopado brasileiro foi pioneiro

³⁰ OLIVEIRA, Luiz R. **Retrocesso histórico**. Jornal Tribuna Coiteense, outubro de 1989.

³¹ A II Conferência Episcopal Latino-Americana ocorreu em Medellín (1968), na Colômbia, e foi realizada pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM). Esse evento representou a consolidação das orientações do Vaticano II, à luz da realidade desse continente. Propôs linhas de trabalho na ação evangelizadora da Igreja na América Latina, destacando os seguintes temas: a Justiça, a Paz e a Pobreza da Igreja. Linhas de ação que tiveram grande repercussão por traduzirem à nova postura assumida pela Igreja em relação à pobreza e à libertação, por estar cada vez mais identificada com os pobres e menos aliada dos ricos.

³² A III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Puebla de Los Angeles (México, 1979), foi muito discutida, esperada e temida, não só no Continente, mas em todo o mundo. Seus documentos evidenciaram uma Igreja mais comprometida com a ação social frente às ditaduras, à opressão e significou uma opção preferencial e solidária pelos pobres.

nessa ação e propôs um programa pastoral centrado na renovação paroquial, sacerdotal, laical e diocesana, além de um Plano de Pastoral em Conjunto. Já no plano econômico-social não emitiu nenhum documento específico, mas publicou dois importantes pronunciamentos³³ que além de reconhecer a importância das Reformas de Base, denunciaram os exploradores da miséria, a pobreza das massas e o agravamento da situação sociopolítica e econômica em decorrência da concentração de riquezas.

Essa conjuntura da Igreja exerceu grande influência na decisão do padre Luiz de seguir a vida sacerdotal. Seu engajamento nessa nova postura da instituição aconteceu quando começou a participar de uma ação social desenvolvida por uma comunidade religiosa, orientada por frades missionários e freiras italianas, no bairro de Pernambués, em Salvador. Juntamente com esses religiosos, principalmente com a Irmã Nerina Maronezi, associada aos Voluntários da Paz do Programa Aliança para o Progresso, desenvolveu inúmeras ações para combater as mazelas sociais, destacando a criação de uma escola nessa comunidade³⁴. Nesse período, ele também se engajou na Juventude Operária Católica (JOC), um dos movimentos da Ação Católica³⁵, em que realizava uma reflexão sobre a incidência do Evangelho nas ações diárias e “propunha discussões sobre o problema de salários, participação nos sindicatos e partidos políticos” (ALVES, 1968, p.135).

A vivência nesse espaço religioso foi um elemento definidor da sua ação pastoral, que durante o regime ditatorial do país compartilhou dos ideais do clero progressista ao realizar uma ação de formação de lideranças com leigos que participavam do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira e São Félix. Além disso, se envolveu na luta pela democracia no Brasil, ajudando clandestinamente muitos jovens, considerados comunistas pela Ditadura, a irem às comunidades rurais denunciarem o Regime Militar no carro da paróquia, quando ele saía para celebrar nessas localidades³⁶. Com o processo de redemocratização contribuiu juntamente com esses “jovens comunistas” na implementação do Partido dos Trabalhadores (PT) na região de Cachoeira e São Félix, localidades onde também lecionava. Nesse sentido, envolvido pela ação social de inspiração cristã, realizou sua ação pastoral na comunidade eclesial sem “descuidar de

³³ Declaração da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e Mensagem da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil publicados em 14 de junho de 1962.

³⁴ Entrevista concedida por Pe. Luiz Rodrigues de Oliveira no dia 19 de setembro de 2009 na cidade de Conceição do Coité.

³⁵ A Ação Católica foi um grande instrumento da militância católica das classes médias, organização leiga criada na Itália, em 1922, por Pio XI. Foi oficialmente promulgada no Brasil em 9 de junho de 1945, após esse período passou por uma “especialização”, ou seja, dividiu-se em setores específicos voltados para os “meios sociais” a serem evangelizados: o mundo rural, estudantil, independente, operário e universitário. (MATOS, H. C. J. *Nossa história: 500 anos da presença da Igreja católica no Brasil*. 3º vol. São Paulo: Paulinas, 2001).

³⁶ Entrevista concedida por Pe. Luiz Rodrigues de Oliveira no dia 19 de setembro de 2009 na cidade de Conceição do Coité.

situações humanas, uma vez que isto impossibilita a concretização eficaz da vida cristã na terra”³⁷.

A atuação do padre Luiz compartilhava da ação desenvolvida por setores progressistas da Igreja que tiveram um papel primordial para a construção de uma democracia participativa. Atuação observada, por exemplo, nas ações de Dom Mario Moreli, bispo fluminense de Duque de Caxias, que juntamente com um grupo de leigos “viajou por todo o Brasil, fazendo palestras e encontros, na mobilização para que fosse convocada uma Constituinte” (WHITAKER, 2010, p.77). Como também, a criação da Comissão de Acompanhamento da Constituinte organizado pela CNBB que publicava informações por todo o país sobre o andamento do processo de constituinte em um boletim semanal. Mainwaring (2005, p.251) destaca as seguintes ações desempenhadas pela Igreja no período de redemocratização:

Durante a abertura, a Igreja Católica motivou contribuições à democratização, desde a defesa dos direitos humanos, críticas aos abusos do autoritarismo, até o apoio aos movimentos populares. (...) uma de suas contribuições – a visão da esquerda católica - influenciou alguns agentes políticos importantes, inclusive uma parte significativa da esquerda, o PT, o sindicalismo novo e muitas ligas camponesas, sindicatos e associações de bairro.

Outra expressão dessa atuação, como apresenta Dermi Azevedo (2004), foi a mobilização da Igreja em favor das Emendas Populares à Constituição, com ênfase para a ética na política e para a implementação de políticas sociais como condição *sine qua non* para a estabilidade democrática. Foram apresentadas 122 Emendas, subscritas por mais de doze milhões de cidadãos, devido ao empenho de diversas organizações e movimentos sociais na coleta de assinaturas, inclusive da Igreja, a fim de conscientizar a população brasileira a participar das decisões sociopolíticas do país. Apesar da importância do papel da Igreja do Brasil no processo de retomada da democracia, com a volta do regime democrático diminuía o incentivo que muitos bispos tinham de se envolverem publicamente na política, isso porque a “democratização permitiu o renascer da sociedade civil e, como resultado, a Igreja não mais se sentiu compelida a se manifestar pela sociedade civil, como antes” (MAINWARING, 2005, p.251). Aproveitando dessa situação muitos bispos conservadores, como por exemplo, Dom Eugênio Sales, declaravam que a

³⁷ O preço da independência. Carta do Conselho Paroquial em 23/03/1996.

Igreja não deveria mais se envolver em questões políticas e nem econômicas, mas se preocupar com seus próprios assuntos. Todavia, nem todos caminharam nesse sentido, como analisa Scott Mainwaring (2004), afirmando que as preocupações em torno da justiça social e por um sistema mais participativo e igualitário estiveram mais presentes em regiões do país onde a democratização teve um impacto limitado, especialmente no Nordeste e na Amazônia. Em muitas áreas rurais das duas regiões, onde as formas de dominação continuam sendo repressoras, a Igreja desempenha em muitas localidades dessas regiões o papel dominante na defesa dos direitos e denunciadora das repressões que essas populações sofrem.

Mudanças no viver católico dos coiteenses

A chuva quando molha as terras secas do semiárido desse recorte do sertão baiano a fauna e a flora se transformam e o tom ocre e seco dessas terras dão lugar ao esverdeado das folhagens e ao vermelho da argila formada dos alagadiços d'águas salobras derivadas do corrimento dos leitos dos rios. Esse belo processo vivenciado pelo sertão faz pensar como foi revigorante para uma parcela dessa gente de fé perceber que o seu componente religioso experimentava uma outra dinâmica ao se preocupar e refletir sobre as condições de vida dos seus fiéis. Faz pensar de como foi a surpresa e a novidade para muitos passarem a ouvirem, lerem e verem um padre jovem e de baixa estatura argumentar em seus sermões, nos jornais impressos³⁸, na rede de televisão local³⁹ e na tribuna da Câmara Municipal que “a Igreja que se move na força do Espírito não pode não ser dinâmica, política, questionadora, formadora de consciência”⁴⁰, e que o anúncio do Reino de Deus se concretizava na luta pela justiça e pela verdade, elementos corroborantes para a libertação total do homem em sua dimensão terrestre e transcendente.

Parecia que apelo feito pelo Papa Paulo VI em 1967, na urgência de uma ação solidária, em sua Encíclica *Populorum Progressio*⁴¹, na qual defendia a necessidade de um desenvolvimento integral do homem e solidário da humanidade, havia se tornado uma das bases do discurso religioso pronunciado por Padre Luiz Rodrigues de Oliveira. Paulo VI alertava nessa encíclica a urgência dos bens criados e produzidos pelo esforço humano

³⁸ Jornais locais que publicaram artigos escritos pelo padre Luiz: *Jornal de Coité*, *Jornal Coiteense*, *Tribuna Coiteense* e *O Mensageiro*.

³⁹ A TV Cultura do Sertão foi fundada em 1992 e era conveniada a TVE/BA, emissora que transmitia as missas dominicais e produzia o programa *Sertão em Debate* com a apresentação do padre Luiz Rodrigues.

⁴⁰ *Jornal O Mensageiro*, novembro de 1998.

⁴¹ PAULO VI, Papa, *Populorum Progressio*. Carta Encíclica 1967. Disponível em: www.vatican.va. Acesso em: 11 de julho de 2012.

fossem acessíveis a todos os homens, com equidade, justiça e caridade. O papa também considerava importante a necessidade de um planejamento participativo entre os poderes públicos, iniciativas privadas e organismos intermediários para se construírem programas bem organizados para o desenvolvimento integral do homem (ALVES, 2011).

O empenho em conscientizar os fiéis católicos sobre a importância de a comunidade cristã realizar a transformação das estruturas injustas presentes na sociedade coiteense, através da reflexão e da *práxis* inspirada no Evangelho, e entender isso como um processo de construção do Reino de Deus pode ser percebido nos diferentes caminhos adotados na ação pastoral do padre. Um principal caminho empreendido foi o de criar espaços para o protagonismo dos leigos, para que eles se percebessem como partícipes da missão salvífica da Igreja⁴² e como responsáveis em tornar presente e operante a missão evangelizadora junto às coisas temporais. Isto poderia ser feito através dos variados ministérios, dignos e necessários à construção do Reino de Deus, ajudando dessa maneira ao apostolado da Igreja. Dessa forma, foi iniciado um processo de mudanças e estruturação dentro da instituição religiosa local. Para tanto, tomaram várias medidas como: reuniões frequentes com os grupos existentes na paróquia; cursos de formação para leigos com assessoria de pessoas da Arquidiocese de Salvador; reorganização de diversas pastorais como o Movimento de Cursilho de Cristandade (MCC); a implantação na paróquia do Encontro de Casais com Cristo (ECC) para o fortalecimento da Pastoral Familiar; realização de assembleias pastorais anuais para a dinamização desse protagonismo laical.

Padre Luiz estimulou comissões de formação de animadores de comunidades com o auxílio da Congregação Religiosa das Irmãs da Divina Providencia de GAP⁴³, dinamizando as atividades pastorais das CEBs. As Comunidades Eclesiais de Base eram o principal espaço de engajamento e de protagonismo dos leigos, seus membros promoviam atividades comunitárias, sociais e políticas, apoiavam os movimentos populares, como também, a defesa de seus direitos. Dirigidas por leigos, que praticam o sistema de rodízio na direção, as CEBs romperam com o modelo paroquial tradicional em que todas as atividades estavam centradas na estrutura clerical da Igreja. Esse novo jeito de organização trouxe a questão democrática para o seio da Igreja, questionando o monopólio dos clérigos no trato com o sagrado e participando das decisões paroquiais através das assembleias paroquiais (ZUGNO, 2007).

⁴² Conferir em Concílio Ecumênico Vaticano II, p. 167-72.

⁴³ Congregação Feminina fundada pelo padre João Martinho Moye no ano de 1762 em GAP, região situada no sudeste da França. As Irmãs chegaram ao Brasil em 28 de junho de 1904 e na paróquia de Conceição do Coité em 1995.

Nesse período, foi instituído o Conselho Pastoral, para auxiliar na administração da paróquia, composto por representantes de cada grupo eclesial. “A instauração de Conselhos de Pastoral é a consolidação estrutural desse jeito democrático de regulação das relações políticas no âmbito da comunidade” (ZUGNO, 2011, p.07). Reestruturou o dízimo e passou a afixar os balancetes mensais no mural da matriz, enviando uma cópia à Cúria Diocesana, para que todos tivessem conhecimento de tudo o que se gastava e arrecadava⁴⁴. Além disso, implementou missões populares, jornadas catequéticas e jornada missionária com os jovens, percorrendo todos os povoados do município. Organizou palestras, orações e preparação para os sacramentos, incentivando uma maior participação dos fiéis.

O Padre Luiz autorizou a disponibilização dos saldos das contas bancárias da paróquia a quem estivesse interessado em saber o destino dos recursos arrecadados. Inventariou e tombou todos os bens móveis e imóveis paroquiais. “Com muito sacrifício, informatizou a secretaria paroquial, primando por melhor servir e pela modernização dos serviços, adquiriu também equipamento áudio-visual, objetivando dinamizar as atividades de formação do laicato.”⁴⁵ Dessa forma, percebe-se que o novo pároco inaugurou uma nova fase na paróquia, enfatizando o caráter laico, desencadeando um processo pelo qual incentivava e criava espaços para um protagonismo leigo.

O discurso religioso proferido pelo pároco para o envolvendo dos leigos no campo político emanava dos ensinamentos sobre a *questão social* refletida na Doutrina Social da Igreja e nas Conferências Episcopais Latino-Americanas, sobretudo em Puebla. Segundo esta, a origem dos problemas sociais tinha sua raiz no pecado dos homens, uma “situação de pecado” que desfavorecia à vida e impedia a realização da pessoa humana. Assim seria primordial a atuação dos leigos na transformação das conjunturas que geravam condições desumanas de vida à luz do Evangelho. O leigo deveria ser o principal agente do viver social responsável de traduzir a sua fé em ações que atualizassem o Reino na denúncia de estruturas injustas, e, sobretudo, no ordenamento cristão das coisas temporais (PASSOS; SOARES, 2007).

Nos finais da década de noventa, a promoção da Semana da Cidadania organizada pelos movimentos pastorais da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, se tornou o principal marco dessa ação sociopolítica, pois nesse evento onde reunia estudantes, representantes de outras instituições sociais e, principalmente os leigos, debatiam problemas do município, da conjuntura estadual e nacional. A Semana da Cidadania era

⁴⁴ Carta das Pastorais, Conceição do Coité, em 1996.

⁴⁵ Ibidem.

encerrada com a realização do Grito dos Excluídos⁴⁶, que acontece até hoje no dia 7 de setembro, manifestava a participação dos leigos no movimento popular, “nesses momentos ocorria a denúncia de diversos tipos de injustiças sociais que assolavam a comunidade e o país” (SILVA, 2005, p.155). Outra ação desse ordenamento cristão foi a participação de alguns leigos em diferentes Conselhos Municipais de Cidadania, um espaço de mobilização dos direitos e deveres da sociedade civil.

Essa nova dinâmica vivenciada pela Igreja Católica local motivada pela nova ação pastoral foram sentidas nos tradicionais festejos em louvor a padroeira Nossa Senhora da Conceição. Os festejos passaram a contar com temas de cunho sociopolítico, tornando-se um espaço para construção da cidadania com assuntos voltados para a necessidade do povo sertanejo. Isso fica evidente em inúmeros artigos que o pároco escreveu nos jornais locais convidando os fiéis a participarem da festa, revelam a sua preocupação em inovar o espaço eclesial, que além da devoção religiosa deveria “ser uma voz clamante e provocante às consciências adormecidas”⁴⁷, eis um desses escritos:

Realizaremos, entre 29/11 e 08/12 mais uma festa da Padroeira, atentos ao que de bom pudemos realizar no ano passado e pensando muito no que ainda podemos fazer na tentativa de chegarmos a uma Igreja mais humana, mais socializada, mais aberta a capacidade crítica. A Igreja que se move na força do Espírito não pode não ser dinâmica, política, questionadora, formadora de consciência porquanto, o Verbo de Deus ao fazer-se carne (homem), tornou-se solidário com todos os homens, elevando e engrandecendo a nossa natureza de modo que assim, pudéssemos refletir a sua imagem e semelhança⁴⁸.

⁴⁶ O Grito nasceu de duas fontes distintas, mas, complementares. De um lado, teve origem no Setor Pastoral Social da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), como uma forma de dar continuidade à reflexão da Campanha da Fraternidade de 1995, cujo lema – Eras tu, Senhor – abordava o tema Fraternidade e Excluídos. De outro lado, brotou da necessidade de concretizar os debates da 2ª Semana Social Brasileira, realizada nos anos de 1993 e 1994, com o tema Brasil, alternativas e protagonistas. Ou seja, o Grito é promovido pela Pastoral Social da Igreja Católica, mas, desde o início, conta com numerosos parceiros ligados às demais Igrejas do CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs), aos movimentos sociais, entidades e organizações. Nos dois casos, podemos afirmar que a iniciativa não é propriamente criada, mas descoberta, uma vez que os agentes e lideranças apenas abrem um canal para que o Grito sufocado venha a público. A bem dizer o Grito brota do chão e encontra em seus organizadores suficiente sensibilidade para dar-lhe forma e visibilidade. (www.gritodosexcluidos.org, acessado em 11/08/2010).

⁴⁷ Jornal Tribuna Coiteense, Ano XIII, nº 86, Conceição do Coité, dezembro de 1993. p.4.

⁴⁸ Jornal O Mensageiro, novembro de 1998.

Por exemplo, em 1996 a festa teve como tema central “*A dimensão política do canto de Maria, O Magnificat*”⁴⁹ procurando envolver os seus fiéis na vida sociopolítica do município. Os versos desse canto bíblico expressam a busca por uma sociedade justa e igualitária em que os poderosos seriam derrubados dos seus tronos e os humildes exaltados.⁵⁰ Após a chegada desse novo pároco, as festas da padroeira ganharam uma nova roupagem, iniciando pela sua preparação, para a qual “os compromissos eram assumidos democraticamente com muitos serviços e a participação de muitos, sendo que todos os trabalhos tinham a marca do serviço voluntário”.⁵¹ A comissão organizadora da festa passou a ser escolhida pelos membros do conselho paroquial, composto pelas lideranças dos grupos e pastorais da paróquia, um processo diferente das festas anteriores em que boa parte da organização estava a cargo de representantes políticos do município. Houve também a revitalização da festa de largo que “primando pela integridade da fé, não deixou de valorizar a cultura regional”.⁵²

Outro caminho percorrido pelo padre para fortalecer a vivência do catolicismo da *Igreja Popular* nas terras coiteenses foi a sua atuação no espaço público, fora das paredes do templo religioso, percebida em publicações de artigos em jornais locais e no jornal paroquial⁵³, criado e organizado por ele, que discutiam as conjunturas sociopolíticas e religiosas, como também, na produção de um programa na emissora de TV local, chamado de *Sertão em Debate*, com a mesma finalidade. Além disso, esteve algumas vezes presente na Câmara de Vereadores de Conceição do Coité reivindicando melhores salários e formação profissional para os professores municipais, como relata a ex-secretária paroquial: “Eu me lembro que Padre Luiz foi a Câmara de Vereadores falar dos salários dos professores e muitas outras coisas. Estava envolvido, ele não era apenas um padre de celebrar missa e sacramentos”.⁵⁴ Outro exemplo dessa ação ocorreu em 1991, quando o religioso solicitou em um documento escrito para o presidente da Câmara de Vereadores, Renaldo Sampaio Silva, uma profunda análise sobre a aprovação da lei na qual aumentava os vencimentos do chefe do executivo e dos próprios legisladores, questionando se tal ação estava levando em consideração a Lei Orgânica do Município e o comprometimento ético de cada um deles com o poder público:

⁴⁹ Canto bíblico entoado por Maria, mãe de Jesus. Ver Evangelho de Lucas, I, 46-56.

⁵⁰ Ver Evangelho de Lucas, I, 46-56

⁵¹ Jornal O Mensageiro Ano III, nº X, Conceição do Coité, novembro de 1997, p.1.

⁵² Carta do Conselho Paroquial, Conceição do Coité, em janeiro de 1997.

⁵³ O Mensageiro foi criado no ano de 1992, sendo justificado pelo padre devido ao Vaticano II, ao promulgar o decreto *Inter Mirifica*.

⁵⁴ Entrevista concedida por Ivonete Baldoíno no dia 19 de dezembro de 2009, na cidade de Conceição do Coité.

Todos nós (os senhores também) alguns até em programas radiofônicos criticamos o escandaloso aumento dos vencimentos dos deputados estaduais há poucos meses, não é verdade? Nossa memória é tão fraca a ponto de já não nos lembrarmos mais disso? (...) Todos somos cidadãos e contribuintes. O dinheiro da prefeitura não é capital de empresários, é suor e sangue do trabalhador coiteense⁵⁵.

Essa sua atuação revelava o desejo do religioso em contribuir para as mudanças das relações sociais e políticas dessa comunidade marcada pelas relações de clientela e na mobilização para os católicos perceberem a necessidade de estarem participando das discussões sobre a realidade social de seu município. A vivência desse catolicismo possibilitou o engajamento de alguns leigos nas ações do padre e na indicação de candidatos, ligados à Igreja, para a disputa eleitoral, como uma ação concreta do laicato no compromisso de “ordenar as realidades temporais para pô-las a serviço da instauração do Reino de Deus”⁵⁶. Nesse sentido, contribuiu para alterar a concepção de que a religião deveria estar distante das realidades terrestres, como também, de que as discussões políticas só poderiam acontecer entre os representantes e os espaços legalmente instituídos para este fim e não por um sacerdote, e nem na comunidade eclesial.

A interferência do Padre Luiz nas decisões políticas dessa sociedade era vista pelos leigos como um ato de coerência com o seu discurso, pois suas atitudes e intervenções no cenário político condiziam com a postura defendida no altar⁵⁷. Todavia essa visão de que o padre realizava uma ação segundo os preceitos evangélicos não era unânime entre os fiéis coiteenses. Contudo, seu testemunho deixou profundas marcas na sociedade coiteense e despertou algumas lideranças a se mobilizarem contra a forma de governar do grupo hegemônico, como também, no engajamento de muitos fiéis nos movimentos sociais que ansiavam por sociedade mais justa e fraterna.

Costume ameaçado ou à guisa de considerações finais

Nos meados da década de 1990, após finalizar a presidência de uma determinada celebração eucarística, seguir o fadado comportamento de guardar suas vestes litúrgicas e, ao mesmo tempo, dialogar com alguns fiéis que o seguiram até a sacristia, padre Luiz foi

⁵⁵ Correspondência enviada à Câmara de Vereadores pelo padre Luiz Rodrigues Oliveira no dia 20/02/1991.

⁵⁶ CELAM, 2005, op. cit., p. 482.

⁵⁷ Carta dos Conselhos Pastoral e Administrativo, Conceição do Coité, em 1 de setembro de 1997.

surpreendido pelo gesto de uma renomada católica do cenário político local⁵⁸, que ofereceu uma colaboração financeira pela reza realizada. Entretanto, maior espanto sentira aqueles que, em torno dele, observaram a sua recusa em aceitar tamanha *generosidade*, ferindo o costume presente daquele chão, testemunha das pisadas de muitos coiteenses que nos tempos de estiagem elevaram suas preces à Imaculada Conceição e à São José, rogando-os uma queda d'água para amenizar o sofrimento.

Uma das *ovelhas*⁵⁹ do rebanho do pároco registrou em sua memória a fala da renomada católica: “esse padre é diferente dos outros, [ela usou essa palavra], em todos os lugares os outros padres celebram e recebem a colaboração, e esse aqui não aceitava”⁶⁰. A estranheza fazia sentido, pois as ações de padre Luiz estavam gerando descontentamentos na comunidade, pois além de fomentar uma outra vivência católica, estava rompendo com alguns costumes dessa gente. Diante disso, muitos não aceitaram sua postura e estabeleceram seus discursos na defesa das práticas que eram costumeiras no componente religioso desse pedaço do semiárido. Assim a recorrência a antigos costumes era um meio de defesa que essas pessoas encontraram para assegurarem privilégios dentro da instituição religiosa perante as mudanças.⁶¹

Muitos católicos, principalmente os pertencentes ao grupo político hegemônico, não compreenderam ou não quiseram adaptar-se a essa nova realidade experimentada na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité e reagiram com intensas hostilidades contra as mudanças, sobretudo nos períodos de campanha eleitoral, como no caso do *cachorro padre*. Indignados pelas atitudes realizadas pela hierarquia religiosa local não admitiam a interferência do religioso no campo político coiteense. Relatar sobre esses embates não norteou a trajetória dessa narrativa, mas indicam que as transformações do viver católico coiteense foram árduas, violentas e penosas, mas suportável, haja vista a resiliência da gente moldada pela cultura sisaleira, pela seca e pela ação desumana de poderes excludentes.

Traçou-se, a partir da ação do padre Luiz, um cenário no qual a mensagem evangélica foi relacionada com os problemas sociais, tendo como base o anúncio do Reino

⁵⁸ A entrevistada, Ivonete Balduino, decidiu por questões pessoais não indicar a pessoa responsável pelo gesto relatado.

⁵⁹ Ivonete Balduino, secretária paroquial do período que o padre exercia seu ministério em Conceição do Coité.

⁶⁰ Entrevista concedida por Ivonete Balduino no dia 19 de dezembro de 2009, na cidade de Conceição do Coité.

⁶¹ O historiador Thompson em *Costumes em Comum*, analisando o contexto da Inglaterra do século XVIII, afirma que “o costume era um campo para mudanças e disputas, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações” entendendo que a recorrência a costumes antigos seria uma estratégia de defesa ante o novo que oferece perdas.

de Deus na concretização da vivência de uma fé preocupada com as mudanças estruturais que a sociedade necessitava, argumentando que o seguimento à Jesus Cristo exigia um compromisso com a justiça social e a verdade, sendo necessário ser revelada em atitudes na comunidade. O discurso da promoção e libertação total da pessoa humana empreendido pelo sacerdote é percebido nos relatos dos leigos que participavam dos conselhos paroquiais, os quais revelam a necessidade de um esclarecimento sobre o sentido da política como uma via para a libertação:

Os poderosos não entenderam a postura do novo pastor que buscava conscientizar os menos esclarecidos do verdadeiro sentido da política. Nas suas pregações, orientava-nos no sentido de que a conversão política consiste em procurar nos acontecimentos que se verificam no mundo, um valor permanente que pode identificar-se com a libertação. E que uma conversão política supõe e exige uma reflexão, uma pesquisa que não se realiza só teoricamente, mas na ação.⁶²

Dessa maneira, fica patente que esses católicos compartilhavam do universo dos documentos da Igreja⁶³ que entendem a justiça social como conteúdo da evangelização associada ao plano da Redenção, sendo dever da Igreja anunciar tal libertação e “dar testemunho em favor dela e de envidar esforços para que ela chegue a ser total” (ANTONCICH; SANS, 1992, 266). Surge a necessidade de denunciar as estruturas sociais geradoras de injustiça, pois compactuar com as mesmas seria uma verdadeira incoerência evangélica. O fundamento teológico apresentado por esses documentos para a compreensão do problema da justiça, como uma dimensão da fé, perpassa pela “convicção de que o ser de Deus é um mistério de comunhão de pessoas e que todo amor entre os homens nos torna participantes do Deus que é amor” (ANTONCICH; SANS, 1992, 275). Nesse sentido, a injustiça rompe na comunidade eclesial a imagem autêntica de Deus como Senhor em comunhão, pois “não há nada contraditório como crer na comunhão pela fé e destruir a comunhão através da injustiça. A negação é total. A injustiça dos cristãos é o *ateísmo prático* mais grave da história” (ANTONCICH; SANS, 1992, 276).

⁶² Carta dos Conselhos Pastoral e Administrativo endereçada ao bispo de Feira de Santana, D. Itamar Vian, em 23 de março de 1996.

⁶³ Sendo os principais, os documentos das Conferências de Medellín e Puebla, como também, a encíclica *Populorum Progressio*, e a exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi*, ambas de Paulo VI.

Referências bibliográficas

ALVES, Flávio Luis. *A Eclesiologia Latino-Americana como acolhimento do Vaticano II: um caminho para uma nova recepção da herança conciliar*. Rio de Janeiro, 2011. 173p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ALVES, Maria Odete; SANTIAGO, Eduardo Girão. *Tecnologia e relações sociais de produção no setor sisaleiro nordestino*. XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, ocorrido em Ribeirão Preto (SP), dias 24 a 27 de julho e 2005. p. 15. Disponível em <http://www.bnb.gov.br>. Acesso em 15/04/2011.

ANTONCICH, R.; SANS, J. M. M. *Ensino Social da Igreja. Série IV: a Igreja, sacramento de libertação*. Tomo XI, 3ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

AZEVEDO, Dermi. *A Igreja Católica e seu papel político no Brasil*. São Paulo: Rev. Estudos Avançados 18 (52), 2004.

BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II 1959-1965*. São Paulo: Paulinas; Rio de Janeiro: EDUCAM, 2005.

_____. *50 anos da Mater et Magistra*. In: __Revista do Instituto Humanitas Unisinos. 360º ed. Ano X. São Leopoldo, RS. 9 de maio de 2011, p. 10. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/cjp/a_pdf/texto_ihu_mater_et_magistra_50.pdf. Acesso em 20/08/2012.

CELAM. *Documentos do CELAM: conclusões das Conferências do Rio de Janeiro, de Medellín, Puebla e Santo Domingo*. São Paulo: Paulus, 2005.

COUTROT, Aline. *Religião e política*. In: __ RÊMOND, René (org.); ROCHA, Dora (trad.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

HOONAERT, Eduardo. *Formação do catolicismo brasileiro 1500-1800: ensaio de interpretação a partir dos oprimidos*. Petrópolis: Vozes, 1974.

KLAIBER, Jeffrey. *Iglesia, poder y legitimidad popular*. In: __ *Iglesia, dictadura y democracia na América Latina*. Lima: PUC-Perú.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. Trad. Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARCHI, Euclides. *A Igreja do Brasil e o plano de emergência – 1952/1962*. In: __ *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: EDUFSC, nº 30. Outubro de 2001.

MIRANDA, Cristian Barreto de. *Rebuliço no Coreto: conflito entre padres e políticos em Conceição do Coité (1989-2000)* 162 f. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, 2012

MATOS, H. C. J. *Nossa história: 500 anos da presença da Igreja católica no Brasil*. 3º vol. São Paulo: Paulinas, 2001.

PASSOS, João D.; SOARES, Afonso M. L (orgs). *Doutrina Social e Universidade: o cristianismo desafiado a construir cidadania*. São Paulo: Paulinas; São Paulo: Educ, 2007.

SILVA, Cândido da Costa e. *Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: EDUFBa., 2000.

_____. *Roteiros da Vida e da Morte (um estudo do catolicismo no sertão da Bahia)*. São Paulo, Editora Ática, 1982.

SILVA, Marinélia Souza. *Padre não deve se meter em política? Conflitos de política e religião em Riachão do Jacuípe/BA nas últimas décadas do século XX*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.

THOMPSON, E. P. Patrícios e Plebeus. In: ____ *Costumes em Comum*. São Paulo, Cia das Letras, 2002.

ZUGNO, Vanildo Luiz. *Igreja, política e ação evangelizadora*. CNBB- RS, 2007. Disponível em www.forumdaigrejacatolica.org.br (acessado em 17/07/2011)